

CAMPANHA SALARIAL

TRABALHADORES(AS) DA SAÚDE QUEREM 50% DE REAJUSTE SALARIAL E APLICAÇÃO DO PISO DA ENFERMAGEM



Profissionais da saúde pública do estado de São Paulo aprovaram a pauta da Campanha Salarial 2023, em assembleia geral da categoria, no dia 14 de fevereiro. Os trabalhadores e as trabalhadoras tiveram espaço para contribuir com suas sugestões e tirar dúvidas. Entre os principais pontos de reivindicação estão o reajuste salarial de 50%, o aumento real de 5% e a aplicação do Piso Nacional da Enfermagem. Além de:

- reajuste do salário-base;
- reajuste de 50% do Prêmio de Incentivo e a publicação do decreto para estabelecer o coeficiente, que garanta um reajuste anual do prêmio de incentivo;
- reajuste do vale refeição para R\$ 43,27;
- cumprimento da data-base, que é dia 1º de março;
- retorno ao direito das seis faltas abonadas, por meio da revogação da Reforma Administrativa;
- volta do reajuste automático anual do Adicional de Insalubridade, com correção inflacionária com base no INPC-IBGE;
- que seja mantido o grau de insalubridade que o(a) trabalhador(a) recebia antes da readaptação, quando a situação de doença foi causada pela atividade anterior.

Pisos salariais

Os(as) trabalhadores(as) exigem:

- aplicação do piso da enfermagem pelo governo do estado de São Paulo;
- que o piso seja estendido aos(às) trabalhadores(as) municipalizados(as) e aos(às) aposentados(as) com paridade, para que nenhum profissional da enfermagem tenha prejuízo;
- piso dos técnicos de radiologia;
- piso dos agentes de endemias.

Aposentados(as)

Garantir a isonomia de todos(as) os(as) aposentados(as), estendendo os reajustes concedidos aos(às) trabalhadores(as) ativos também para os(as) aposentados(as) com e sem paridade, assim como os 50% de reajuste salarial, os 50% de reajuste do Prêmio de Incentivo (já que parte do valor é incorporado ao benefício da aposentadoria), os 5% de aumento real e assim, por diante.

Porque 50%?

O percentual de 50% se refere à perda inflacionária nos últimos 10 anos. Além disso, é o mesmo índice que foi concedido ao governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ao vice-governador e aos secretários de estado. A categoria avalia que aplicar o mesmo índice “é mais do que justo”, para recompor o poder de compra daqueles que colocaram suas próprias vidas e de suas famílias em risco durante a crise sanitária da Covid-19, e que se dedicam durante toda a trajetória profissional ao cuidado do próximo e a salvar vidas.

